

A intenção de incorporar a Previdência ao Ministério da Fazenda expressada por interlocutores de eventual governo Michel Temer agradou o mercado financeiro. Nome mais cotado para assumir o Ministério da Fazenda, Henrique Meirelles tem expressado a intenção de levar toda a estrutura da Previdência Social para a Fazenda. Desde o final do ano passado, o Ministério da Previdência Social tem funcionado junto com a estrutura do Ministério do Trabalho, sob o comando do ministro Miguel Rossetto.

“Estamos otimistas com a provável equipe econômica, ainda mais agora que se está falando da incorporação do Ministério da Previdência à Fazenda”, diz Luiz Eduardo Portella, diretor de investimentos da Modal Asset Management. Para o gestor, tratar a Reforma da Previdência sob comando da equipe econômica do eventual novo governo irá gerar menos ruído e menor pressão contra as mudanças por parte dos sindicatos. “É a mesma equipe que estará olhando para o ajuste fiscal e para a Reforma da Previdência, que é o tema que mais preocupa em termos de déficit”, defende Portella.

Outra vantagem seria a aproximação da previdência fechada (fundos de pensão) da aberta. “Se for confirmada a mudança do Ministério da Previdência, deve ocorrer um tratamento mais uniforme das regras para a previdência aberta e fechada”, prevê Luiz Sorge, presidente do BNP Paribas Asset Management.

Pé atrás – Se o mercado financeiro recebeu positivamente a notícia da unificação da Previdência ao Ministério da Fazenda, os representantes de fundos de pensão consideram a mudança temerária. “Acredito que o melhor modelo é que a Previdência tenha uma estrutura ministerial própria, separada do Trabalho ou da Fazenda”, diz Mário Sérgio Ribeiro, presidente da Associação dos Fundos de Pensão de Empresas Privadas (Apep). O dirigente explica que geralmente os representantes do Ministério da Fazenda não tratam os fundos de pensão e as questões de previdência com a especialização necessária.

A unificação da Previdência com o Ministério do Trabalho também tem produzido problemas para o sistema. “Tem muitas demandas que estão paradas, que não avançaram depois da unificação dos ministérios”, diz Ribeiro.

**Fonte:** [Investidor Institucional](#), em 10.05.2016.